



MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
7 DE ABRIL DE 2015

N.º 08/2015

PRESIDÊNCIA: Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Dr. Luís
Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Voto de Pesar - Cineasta Manoel de Oliveira.....	3
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência.....	3
3 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal.....	4
4 – Fixação do Valor do Seguro de Acidentes Pessoais para os Membros do Executivo Municipal.....	4
Tesouraria	
5 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 01 de abril de 2015	6
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
6 – Delegação de Competências - Informação o Presidente da Câmara Municipal.....	6
7 – Pedido de Parecer Prévio para a Renovação de Contrato de Prestação de Serviços – “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – Instalação e Transporte de Contentores de Grandes Dimensões” artigo 75.º da lei n.º82-b/2014, de 31 de dezembro	7
DIVISÃO DA EUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
8 – Ata da Reunião de Câmara n.º 7 de 17 março de 2015 - Retificação do ponto 14.....	11
9 – Bolsa de Estudo – Ano Letivo de 2014/2015.....	12
10 – A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento – Atribuição de Participação Financeira.....	15



ANTES DA ORDEM DO DIA

Voto de Pesar – Cineasta Manoel de Oliveira

----- 1 – O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores do Partido Socialista (PS) apresentaram verbalmente um voto de pesar pelo falecimento do Cineasta Manoel de Oliveira, ocorrido no dia 2 do corrente mês. -----

----- Os Senhores Vereadores do PPD/PSD, aprovaram o voto de pesar apresentado e fizeram questão de, por escrito apresentar um outro, do seguinte teor: -----

----- “Os Vereadores do PPD/PSD da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, manifestam o seu profundo pesar pelo falecimento de Manoel de Oliveira, em singela homenagem à figura ímpar do cinema e da cultura e, também, ao vitivinicultor penaguiense da Veiga, Cumieira, que projetou o Douro no mundo através da beleza e eternidade dos seus filmes.” -----

----- “Santa Marta de Penaguião, 7 de abril de 2014.” -----

----- “Os Vereadores, (assinatura) Luís Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior”. -----

----- Assim e tendo presente a importância e singularidade do ato, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores do Partido Socialista decidiram sensata e respeitosamente aprovar “O voto de pesar pelo falecimento do Cineasta Manoel de Oliveira”. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o voto de pesar pelo falecimento do Cineasta Manoel de Oliveira.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de
Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

----- 2 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----



----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados nos meses de **fevereiro de 2015**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal

----- 3 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais: -----

----- 1 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 06 de março de 2015. -----

----- 2 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 19 de março de 2015. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Fixação do Valor do Seguro de Acidentes Pessoais para os Membros do Executivo Municipal

----- 4 – Presente à reunião, informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 8 de 07 de abril de 2015



----- “O contrato de prestação de serviços de seguros caduca no início do mês de julho, pelo que é necessário proceder à realização de um novo concurso para a aquisição deste serviço. -----

----- O contrato em questão deve considerar a prestação de serviços de seguros relativos aos bens da Autarquia, dos funcionários e outros agentes ao serviço do Município, das corporações de bombeiros existentes no Município, dos membros dos órgãos municipais entre outros. -----

----- De acordo com o contrato em vigor, o mesmo tem a duração de um ano findo o qual deverá ser aberto novo concurso, para a contratação destes serviços nos seguintes ramos: -----

- a) Acidentes pessoais;
- b) Acidentes de trabalho;
- c) Automóvel;
- d) Bens patrimoniais; e
- e) Responsabilidade civil.

----- Considerando que nos termos do artigo 20.º, conjugado com o n.º 2 do artigo 113.º, ambos do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais já tenha sido adjudicado por ajuste direto no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, cujo limite dos contratos a celebrar devem ter um valor acumulado inferior a 75.000,00 €, o que se verifica, deverá ser realizado um **concurso público** para o efeito. -----

----- Por outro lado, a Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, que define o Estatuto dos Eleitos Locais, estipula no n.º 1 do seu artigo 17.º, que os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respetivo órgão, fixando este o seu valor. -----

----- O n.º 2 do mesmo artigo estipula que para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência, o valor do seguro a fixar, não pode ser inferior a 50 vezes a respetiva remuneração mensal. -----

----- O valor fixado atualmente é o que consta do quadro seguinte: -----

Coberturas	Capitais – €
Morte ou invalidez permanente	350.000,00
Incapacidade temporária absoluta	950,00 / Dia
Despesas de tratamento e repatriamento	50.000,00
Despesas de funeral	3.750,00



----- Face ao referido e caso mereça a concordância de V/ Ex.^a, deverá o assunto ser presente à reunião do Executivo para deliberar em fixar os valores a que se refere o artigo 17.º supra citado.

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar o valor do seguro de acidentes pessoais para os membros do Executivo Municipal, constantes da proposta.** -----

Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 01 de abril de 2015

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 01 de abril de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	01/04/2015
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)	1 609 473,97
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	897 598,86
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	711 875,11
			(*) Compromissos	8 476 771,19
Receitas Orçamentais		1 915 398,09	Operações de tesouraria	106 018,91
Correntes	1 454		Saldo para o dia seguinte:	926 775,59
Capital	895,95		Execução orçamental	909 401,92
Operações de tesouraria	460 502,14		Operações de tesouraria	17 373,67
		97 327,12		
Total		2 642 268,47	Total	2 642 268,47

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro

----- 6 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----



----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de março que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Pedido de Parecer Prévio para a Renovação de Contrato de Prestação de Serviços

– “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – Instalação e Transporte de Contentores de Grandes Dimensões” artigo 75.º da lei n.º 82-b/2014, de 31 de dezembro

----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- I – Do enquadramento legal do pedido de parecer prévio -----

----- 1. – Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, diploma legal que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

----- 2. – Por sua vez, o n.º 12, da retrocitada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 2, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações. -----

----- 3. – De acordo com o disposto no n.º 6, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), o parecer previsto no número anterior depende da: -----

----- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público,

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 8 de 07 de abril de 2015



bem como da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para desempenhar as funções subjacentes à contratação em causa. -----

----- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----

----- 4. – Será tido em consideração o conteúdo do disposto no n.º 1 do artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o n.º 1 do artigo 2º e no artigo 4º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, no que diz respeito à redução remuneratória. -----

----- II- Do contrato de prestação de serviços a celebrar / renovar-----

----- 1. – De acordo com o ofício emitido pela empresa ECOAMBIENTE, Consultores de Engenharia, Gestão e Prestação de Serviços, S.A., datado de 31 de Dezembro de 2014, é intenção do Município de Santa Marta de Penaguião, renovar o contrato de prestação de serviços pelo prazo de 12 meses, para a “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – Instalação e Transporte de Contentores de Grandes Dimensões”, tal como prevê a cláusula n.º 5 do Caderno de Encargos do contrato n.º 12/2014, do Procedimento Concursal n.º 02/14, dando cumprimento ao disposto no artigo 48º do Decreto-Lei n.º 18/2009, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho. -----

----- 2. – Considerando que o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, estabelece no seu artigo 24.º, n.º 1 que *“nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviços ou recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa”* cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- 3. – Considerando, no entanto, que nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da requalificação nas Autarquias). -----

----- 4. – Considerando que de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGMA não esteja constituída,




que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua atual redação. -----

----- 5. – Considerando que esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 17 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que consultar Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----

----- 6. – Considerando que no mesmo sentido se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho de 2014. -----

----- 7. – Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

----- 8. – Para o contrato em causa, atendendo ao valor do contrato inicial de 10 003,43€, dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o n.º 1 do artigo 2º e no artigo 4º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, no que diz respeito à redução remuneratória a efetuar, estima-se um valor de contrato de 9 203,24 € (nove mil duzentos e três euros e vinte e quatro centimos), acrescido de taxa de IVA legal em vigor, de acordo com o seguinte: -----

CÁLCULO DA REDUÇÃO					
		Valor do contrato	10 003,43 €		
Valor do contrato	% de Redução	Valor com redução	Valor da Redução	Reposição de 20 %	Valor com reposição
2 000,00 €	3,5	1 930,00 €	70,00 €	14,00 €	1 944,00 €
2 165,00 €	16	1 818,60 €	346,40 €	69,28 €	1 887,88 €
5 838,43 €	10	5 254,59 €	583,84 €	116,77 €	5 371,36 €
10 003,43 €		7 184,59 €	1 000,24 €	200,05 €	9 203,24 €
		% Redução			
		92,00	8,00		

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 8 de 07 de abril de 2015



----- 9. – Considerando que neste Município não existem trabalhadores em situação de requalificação nem equipamento para o serviço a desempenhar. -----

----- 10. – Atendendo à natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato. -----

----- 11. – Na situação individual e concreta, revela-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego pública para a execução dos serviços objeto do contrato. -----

----- 12. – O contrato prestação de serviços em causa encontra-se inscrito no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2015, com classificação orçamental sob o código 2.4.5_02.02.25_04 Projeto / Ação N.º 73/2014. -----

----- III – Da proposta em sentido estrito-----

----- Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Municipal que tome deliberação no sentido de emitir, por força do disposto no n.º 5 e no n.º 12, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015) conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.os 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços referente “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – Instalação e Transporte de Contentores de Grandes Dimensões”, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 12, do artigo 75º, da Lei n.º Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços referente “Centro de Recolha de Resíduos Urbanos e Equiparados – Instalação e Transporte de Contentores de Grandes Dimensões”, de acordo com a informação dos serviços.** -----



DIVISÃO DA EUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Ata da Reunião de Câmara n.º 7 de 17 março de 2015 - x

Retificação do ponto 14

----- 8 – Presente à reunião, informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Foi presente à reunião de Câmara Municipal realizada no dia 17 de março de 2015, um pedido de comparticipação financeira da Fábrica da Igreja de Fontes, para execução de obras de melhoramento na Capela de Justos – Fontes, (ponto 14), tendo sido deliberado “Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 3.000,00€ (três mil euros), ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.” -----

----- Por lapso dos serviços, o assunto foi identificado, na Ata, como um pedido da Comissão da Capela de Justos – Fontes. -----

----- Nesta conformidade deverá o assunto do referido ponto ser submetido à próxima reunião de Câmara para retificação, no sentido de ficar expresso em Ata a atribuição da comparticipação financeira à Fábrica da Igreja de Fontes da Freguesia de Fontes, propondo-se que o mesmo fique com o seguinte teor: -----

----- “Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de Fontes, registado sob o n.º 699 de 09 de março do corrente ano, dando conhecimento do estado de degradação da Capela de Justos – Fontes e da necessidade de uma intervenção ao nível de pintura no interior e exterior e colocação de material isolante no interior, colocação de uma cobertura nova, lavagem de granitos, bem como, a colocação de uma porta principal nova, neste sentido, solicitam à Câmara Municipal, uma comparticipação financeira, para minimizar as despesas inerentes à referida intervenções na capela.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, retificar o ponto 14, da Ata n.º 7 de 17 de março de 2015, de acordo com a informação dos Serviços, atribuindo à Fábrica da Igreja de Fontes, uma comparticipação financeira no valor de 3.000,00€



(três mil euros), ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.” -----

Bolsa de Estudo – Ano Letivo de 2014/2015 ✕

----- 9 – Presente à reunião proposta da Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Com base no regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o Ensino Superior, publicado a 29 de agosto de 2014, foi publicado o edital n.º 64 a 10 de outubro de 2014, dando conta da abertura de candidaturas para atribuição de 40 bolsas de estudo, no valor de 500 euros cada. -----

----- Atendendo às dificuldades económicas que afetam alguns agregados familiares do concelho e que podem constituir obstáculo à prossecução do percurso formativo dos seus membros, não obstante a sua situação económica, foi deliberado em reunião de Câmara, no passado dia 17 de março, por forma a minimizar os encargos com a educação a mais agregados familiares, alargar de 40 para 50 o número de bolsas a atribuir, mantendo o valor individual do apoio a conceder em 500 euros. -----

----- Neste sentido, atendendo ao regulamento em vigor e de acordo com o seu artigo 14.º, em conjugação com o ponto 1, alíneas a) a f) e ponto 2 do artigo 7.º, foram excluídos os alunos que não obtiveram aproveitamento, que não se encontravam matriculados em estabelecimento de ensino superior público, que tenham apresentado mais que uma candidatura dentro do mesmo agregado familiar, ou que possuam habilitações equivalentes às que pretende adquirir. -----

----- Deste modo, em sede de audiência prévia, foram notificados da intenção de indeferimento, 4 dos 54 candidatos, de acordo com o quadro abaixo. -----

----- Decorrido que foi o período de audiência prévia, não foi rececionado pelos serviços, qualquer reclamação formal. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 8 de 07 de abril de 2015



----- Assim, para efeitos de homologação pela Câmara Municipal, segue em anexo uma lista nominativa, de acordo com o estabelecido no ponto 4 do artigo 15.º do regulamento.” -----

Lista Final Nominativa para Atribuição das Bolsas de Estudo 2014/2015	
Candidatos Admitidos	
Nome	Pontuação
André Manuel da Silva	35
Filipa Ribeiro Teixeira	35
Nathalie Teixeira Laranjeira Correia	35
Rui Filipe Pinto Miranda	35
Alexandra Sofia Santos Pinto	33
João Paulo Moura de Carvalho	33
Joel Teixeira Ribeiro	33
Ricardo Manuel Coelho Teixeira	33
Sara Pinto Guedes	33
Tânia Isabel Medeiros Monteiro	33
Vanessa Sofia Conde Pinto	33
Vera Catarina Rodrigues Rocha	33
Rui Marcelo Vieira de Sousa	33
Filipe José Gomes Ferreira	31
Kevin Teixeira Mesquita	31
Maria Margarida Gouveia Ribeiro	31
Sérgio Alberto Osório Peixoto	30
Ana Isabel Pereira Teixeira	28
Ana Paula Moura Cardoso	28
Helena Isabel Osório Pinto B. Mesquita	28
Inês Nogueira Mesquita	28
Hermínio da Costa Almeida Mesquita	25
Arlindo Machado Mourão Pereira	23
Gabriela Bernardo Borges	23
Maria Lúcia Sílvia Leonor	23

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 8 de 07 de abril de 2015



Nádia Susana Monteiro Dolores	23
António Pedro Rodrigues dos Santos	21
Bruna Cláudia Sequeira Cabral	21
Cátia Sofia Coutinho Correia	20
Cristiana Isabel Borges Gouveia	20
Rui Pedro Coelho Machado	18
Beatriz Pinto Machado	16
Miguel Ângelo Nogueira Morais	16
Rafael José Fonseca Rodrigues	16
Samuel Monteiro da Silva	16
Ana Mafalda Mourão Nogueira	13
Cassandra Miranda Pinto Cunha	10
Inês Rodrigues Cardoso	10
Marina do Céu Barros Teixeira	10
Pedro Alexandre Ribeiro Moreira	10
Ana Alexandra Mendes Silva	8
Tiago Macedo Ferreira	8
Victor Hugo Gonçalves Coutinho	8
Beatriz Gouveia Peixoto	6
José Joaquim da Cunha P. Gouveia	6
Marcelo Costa Teixeira Lachado	6
Maria Inês Osório Liberato	6
Paulo Filipe Ferreira Rodrigues	6
Sandra Cristina Alves Teixeira	6
Victor Alexandre Ferreira Ribeiro	6
Candidatos Excluídos	
Paulo Alexandre Lopes Mourão	a)
Jorge Miguel Ribeiro Teixeira	b)
Fernando Luís de Carvalho Cardoso	c)
Horácio Miguel Catalão Conde	d)

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 8 de 07 de abril de 2015



- a) – Excluído(a) nos termos da alínea b) do artigo 14º, em conformidade com a alínea d) do número 1 do artigo 7º (Não obteve aproveitamento)
- b) – Excluído (a) nos termos da alínea b) do artigo 14º, em conformidade com o número 2 do artigo 7.º (Apresentada mais que uma candidatura por agregado)
- c) – Excluído(a) nos termos da alínea b) do artigo 14º, em conformidade com a alínea c) do número 1 do artigo 7.º (Não inscrita em ensino superior público)
- d) - Excluído(a) nos termos da alínea b) do artigo 14º, em conformidade com a alínea e) do artigo 7º (Não Possuir habilitação equivalente àquela que pretende adquirir)

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, homologar a lista nominativa de atribuição de bolsas de estudo, referentes ao ano letivo 2014/2015, de acordo com o estabelecido no ponto 4, do artigo 15.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudos aos Alunos que Frequentam o Ensino Superior.** -----

A2000 – Associação 2000 De Apoio ao Desenvolvimento

– Pedido de Participação Financeira

----- 10 – Presente à reunião ofício da A2000 – Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento, registado sob o n.º 871 de 23 de março do corrente ano, dando conhecimento que adquiriram 2 lotes na zona oficial de Santa Marta de Penaguião e para o efeito efetuaram a escritura dos referidos lotes que resultou num custo global de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), Nesta conformidade, solicitam à Câmara Municipal uma participação financeira. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma participação financeira no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), ficando no entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis.** -----

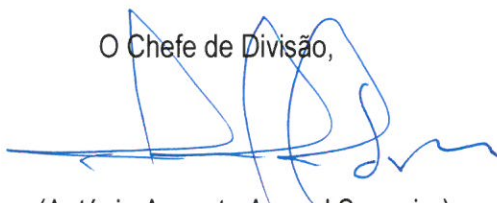
Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 8 de 07 de abril de 2015

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)